



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Noroeste - Núcleo de Apoio Regional de João Pinheiro

Parecer Técnico IEF/NAR JOÃO PINHEIRO nº. 36/2023

Belo Horizonte, 18 de abril de 2023.

PROCESSO Nº 2100.01.0052621/2022-98					
PARECER ÚNICO					
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Nome: MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO			CPF/CNPJ: 16.930.299/0001-13		
Endereço: Praça Coronel Hermógenes, nº 60			Bairro: Centro		
Município: João Pinheiro		UF: MG	CEP: 38.770-000		
Telefone: 38 3561-5347		E-mail: agricultura@joaopinheiro.mg.gov.br			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? (x) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2					
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL					
Nome:			CPF/CNPJ:		
Endereço:			Bairro:		
Município:		UF:	CEP:		
Telefone:		E-mail:			
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL					
Denominação: Ponte sobre o Córrego Caxambú, estrada municipal			Área Total (ha): 00,02,89		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos):			Município/UF: João Pinheiro/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Não há CAR vinculado					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Intervenção COM supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP		00,02,44		ha	
Intervenção SEM supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP		00,00,45		ha	
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção COM supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP	00,02,44	ha	23 K	417.152,0	7.998.341,0
Intervenção SEM supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP	00,00,45	ha	23 K	417.148,0	7.998.344,0
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
Uso a ser dado a área		Especificação		Área (ha)	
Infraestrutura		Construção de nova ponte de alvenaria		00,02,89	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Biotoma/Transição entre Biotomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)	
Cerrado	Mata Ciliar	Secundário, fase Mediana		00,02,44	
Cerrado	Uso rural consolidado - ponte			00,00,45	
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO					
Produto/Subproduto		Especificação		Quantidade	Unidade
LENHA FLORESTA NATIVA		Uso interno no empreendimento		0,4194	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 10/11/2022

Data da vistoria: 10/03/2022

Data de solicitação de informações complementares: 17/03/2023

Data do recebimento de informações complementares: 17/04/2023

Data de emissão do parecer técnico: 18/04/2023

2. OBJETIVO

Análise conclusiva técnica da solicitação em requerimento, documento SEI (55933368) constante no processo SEI nº 2100.01.0052621/2022-98 para as seguintes intervenções ambientais:

Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP em 00,02,44 ha, e;

Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP em 00,00,45 ha.

Justifica-se pela implantação de projeto de obras de reforma/construção da ponte sobre o Córrego Caxambú na estrada vicinal, no Trecho que vai da BR 040 para o distrito de Veredas, sob jurisdição da Prefeitura municipal de João Pinheiro/MG.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Ponte sobre o Córrego Caxambú na estrada vicinal, no Trecho que vai da BR 040 para o distrito de Veredas, sob jurisdição da Prefeitura municipal de João Pinheiro/MG, nas Coordenadas Geográficas UTM: LAT: 7.998.360,0 / LONG: 417.153,0.

3.2 Cadastro Ambiental Rural: Não se aplica, pois não há imóvel rural vinculado

- Número do registro:

- Área total:

- Área de reserva legal:

- Área de preservação permanente:

- Área de uso antrópico consolidado:

- Qual a situação da área de reserva legal:

☐ A área está preservada: xxxxx ha

☐ A área está em recuperação: xxxxx ha

☐ A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

☐ Proposta no CAR:

☐ Averbada:

☐ Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

☐ Dentro do próprio imóvel

☐ Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

☐ Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

- Parecer sobre o CAR:

A área requerida não sujeita a constituição de reserva legal e CAR, nos termos do Decreto nº 47.749, de 11/11/2019, art. 88, parágrafo 4º, inciso III, que se dispõe:

"Art. 88 – A autorização para intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa, exceto o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, somente poderá ser emitida após a aprovação da localização da Reserva Legal, declarada no CAR.

§ 4º – Não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal e, portanto, de inscrição do imóvel no CAR:

III – áreas utilizadas para infraestrutura pública, tais como de transporte, de educação, de segurança pública e de saúde;"

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A área requerida total para intervenção em áreas de preservação permanente - APP é de 0,02,89 ha – 289,0 m² com a finalidade de reforma da ponte sobre o Córrego Caxambú, que atualmente é de madeira e será constituída de alvenaria, conforme definida na planta topográfica, documento (64280722), sendo:

A porção de 00,02,44 ha – 244,0 m² com supressão, apresenta com cobertura vegetal de mata ciliar apenas nas extremidades da estrada existente até o início das cabeceiras da ponte de madeira, sucessão secundária, dossel aberto, baixíssima volumetria, e;

A porção de 00,00,45 ha – 45,0 m² SEM supressão em APP refere-se às partes/porções já existentes na projeção entre as ligações da estrada e "cabeceiras" da ponte.

O caso em questão, trata-se de obra de utilidade pública por se enquadrar nos dispositivos da Lei nº 20.922, de 16/10/2013, art. 3º, inciso I, alínea b e art. 12, que permitem tal intervenção, senão vejamos:

"Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - de utilidade pública:

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, as instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;"

"Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio."

Não foram encontradas presenças de exemplares das espécies: Pequiizeiro *Caryocar brasiliense*, Ipê-amarelo do Gênero Tecoma e Tabebuia, atualmente (*Handroanthus serratifolius*), Buritizeiro *Mauritia sp* e Licuri *Syagrus coronata*, restritivas de supressão nos termos das Leis específicas vigentes, bem como, não possui espécies ameaçadas de extinção previstas na Portaria MMA nº 443, de 17/12/2014.

A estimativa volumétrica total no "PIA Simplificado" é de 0,4194 m³ e o aproveitamento socioeconômico será destinado para uso interno no empreendimento.

Taxa de Expediente: 1074-4

DAE nº 1401223503607 - Valor recolhido = R\$ 1.330,92, pagamento = 03/11/2022, referente a área de 00,02,89 ha – intervenção em APP.

Taxa florestal: 147-9

DAE nº 2901223514861 - Valor recolhido = R\$ 14,80, pagamento = 26/10/2022, referente a 0,4194 m³ de lenha.

Números dos recibos dos projetos que foram cadastrados no Sinaflor: 23124269

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

As restrições ambientais para o empreendimento conforme consulta do IDE:

- Vulnerabilidade natural: Média

- Vulnerabilidade dos recursos hídricos: Alta

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Prioridade para conservação Biodiversitas: Não está inserida

- Unidade de conservação: Não está inserida

- Área indígenas ou quilombolas: Não se enquadra

- Potencialidade de ocorrência de cavidades: Média

- Outras restrições: Não constatou para os critérios: Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas. Localização prevista em área de drenagem a montante de trecho de curso d'água enquadrado em classe especial e não faz Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Construção de ponte.

- Atividades licenciadas: Construção de ponte.

- Classe do empreendimento: 0

- Critério locacional: 0,0

- Modalidade de licenciamento: Não Passível.

- Número do documento: SLA nº: 2022.10.01.003.0003601

Apresentou o certificado de dispensa de Licença ambiental (55933443).

Não foi identificada a fragmentação do empreendimento, considerando as características locais entre as fazendas, tais como: unidades produtivas contíguas e imagens de satélite que indicam tratar-se de empreendimento único.

4.3 Vistoria realizada:

Vistoria técnica in loco no dia 10/03/2023.

4.3.1 Características Físicas:

- Topografia: Predominância de relevo suave.

- Solo: Solos do tipo Latossolo Vermelho amarelo.

- Hidrografia: Possui curso superficial do Córrego Caxambú (curso de 4ª ordem), tributário da Bacia estadual do Rio Paracatu (2ª ordem) e Bacia federal do Rio São Francisco (1ª ordem), SF7.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A vegetação nativa pertence ao Bioma Cerrado e apresenta Fitofisionomias de formações florestais como Mata Ciliar; Savânicas de Cerrado Sensu Stricto.

- Flora: Verificou-se a ampla ocorrência de espécies da flora comuns do Bioma Cerrado, tais como: Pau-terra, Bate-caixa, Tambú, Pau-santo, Jacarandá, Jatobá, Gameleira, Sucupira branca/preta, Vinhático, Tamboril, Araticum, Cagaita, Buritizeiro e forrageiras nativas.

- Fauna: A fauna do empreendimento está representada por animais de ampla ocorrência no Bioma Cerrado, tais como: Tatu; Raposa, Lobo; Onça; Seriema, Aves de rapina, Ema; Répteis; grande diversidade de insetos e pássaros típicos da região, em especial, os Psitacíformes;

A fim de compensar e mitigar os impactos provenientes da supressão de vegetação, deverá ser cumprida a condicionante inerente à fauna, listada no item 02 (item 10 das condicionantes) deste parecer.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

O estudo de inexistência de alternativa técnica e locacional (55933381) mostra-se contundente com a situação real do uso proposto.

5. ANÁLISE TÉCNICA

O processo encontra-se devidamente formalizado conforme determina a legislação vigente, com os estudos e projetos devidamente caracterizados, estando as informações acerca do meio físico e meio biótico, em consonância com a realidade ecossistêmica local e os dados e informações qualitativas e mensuráveis condizentes, bem como de acordo com as orientações gerais emanadas pelos setores competentes;

Analisando o motivo pelo qual foi feita a solicitação de intervenções verificou-se que as razões se enquadram parcialmente nas situações passíveis de autorização e conforme demonstra a documentação acostada aos autos, constata-se a viabilidade das intervenções ambientais requeridas na área total para o pleito de interesse.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Possíveis modificações/impactos previstos, tais como:

Recursos Hídricos: Carreamento de sedimentos, contaminação e alteração da qualidade das águas local e da sub-bacia; Impermeabilização/compactação do solo e maior evaporação da umidade decorrentes da retirada da vegetação nativa, de construção de alvenarias e uso de equipamentos automotivos pesados.

Cobertura Vegetal Nativa e Solo: Supressão do habitat natural, redução de diversidade e eliminação da flora/espécies florestais adultas consideradas matrizes/porta sementes (dispersoras) através do corte/supressão de árvores isoladas ou cobertura vegetal nativa;

Modificação da paisagem natural, degradação e ou perturbações das áreas de APP, Alteração da estrutura físico-química do solo e formações de erosões decorrentes de movimentação excessiva de animais domésticos, pessoas, máquinas e veículos.

Fauna e Flora: Eliminação do habitat natural e Fuga da fauna silvestre pela retirada da vegetação/árvore, especial de espécies florestais adultas, consideradas matrizes frutíferas que servem como alimentos, abrigos, refúgios e nidificação, pelo extrativismo, caça e pescas predatórias e por instalação de atividades antrópicas.

Atmosférica: Poluição atmosférica pela emissão de poeiras e gases voláteis advindas das atividades antrópicas, especial, movimentação de máquinas e equipamentos automotivos.

As Medidas Mitigadoras indicadas para o empreendimento são:

Manejo e Conservação do Solo e dos Recursos Hídricos

Práticas Mecânicas: Construção de bacias de captação/contenção de águas pluviais nas estradas e carregadores, e;

Práticas Naturais e/ou Vegetativas: Criar corredores naturais e zonas tampões.

Esgoto Sanitário e Resíduos Sólidos

Construir fossas sépticas para o esgoto doméstico nas instalações permanentes e/ou temporárias de moradias e de movimento de pessoas;

Realizar a disposição de banheiro móvel e higienização e a destinação adequada dos resíduos sólidos/embalagens vazias gerados no empreendimento.

Os gases expelidos pela combustão nos motores e a pressão sonora de equipamentos e veículos automotivos podem ser minimizados pela manutenção periódica destes.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensada a realização de Manifestação Jurídica por parte do Núcleo de Controle Processual-NCP, conforme previsão contida no Art. 44, inciso II do Decreto Estadual nº 47.892 de 23 de março de 2020, o qual estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas, assim:

Art. 44 - O Núcleo de Controle Processual tem como competência coordenar a tramitação de processos administrativos de competência da unidade regional do IEF, bem como prestar assessoramento às demais unidades administrativas em sua área de abrangência, respeitadas as competências da Procuradoria do IEF, com atribuições de:

II - Realizar, quando solicitado pelo Supervisor Regional, o controle processual dos processos administrativos de intervenção ambiental de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar, bem como dos demais processos administrativos de interesse do IEF.

Diante do exposto, a fim de dar maior celeridade quanto ao procedimento de análise, estando a possibilidade de dispensa acoberta pela legislação mencionada, determino o prosseguimento do feito.

7. CONCLUSÃO

Face ao acima exposto, somos pelo parecer FAVORÁVEL às intervenções ambientais com supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente - APP 00,02,44 ha – 244,0 m² e sem supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente - APP em 00,00,45 ha – 45,0 m², pelo Empreendedor Prefeitura municipal de João Pinheiro/MG, por não contrariar a legislação vigente. Dessa forma sugerimos o deferimento das intervenções requeridas, não encontrando óbice à autorização.

Cabe esclarecer que a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta autorização, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto à eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável (is) e/ou sua(s) responsável (is) técnica(s). Ressalta-se que esta autorização em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, regularização ambiental e outorga pelo uso da água.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação à Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Será aplicada a compensação no prazo estabelecido na condicionante prevista no Decreto nº 47.749 de 11/11/2019, Art. 75, inciso I, que se dispõe:

"Art. 75 – O cumprimento da compensação definida no art. 5º da Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, por intervenção ambiental em APP, deverá ocorrer em uma das seguintes formas:

- A recuperação de APP na mesma sub-bacia hidrográfica e, prioritariamente, na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios."

Cumprindo as exigências legais para as intervenções "com e/ou sem" supressão em APP em área não inferior a 00,03,00 ha, situada à margem direita do Córrego Caxambú, que se encontra antropizado com vegetação exótica predominantemente rasteira, necessitória de recuperação/recomposição, conforme indicado no PTRF apresentado, documento (64280725).

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar a compensação por intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, conforme proposta detalhada e aprovada no parecer único.	Anualmente, por um período de 5 (cinco) anos a iniciar um ano após a concessão da autorização. Com a apresentação de relatório técnico/fotográfico anual.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: ALEXANDER ROSA DE CASTRO
MASP: 1053440-2

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

DISPENSADO



Documento assinado eletronicamente por **Alexander Rosa de Castro**, Servidor (a) Público (a), em 26/04/2023, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **64369984** e o código CRC **A71D1FD4**.

Referência: Processo nº 2100.01.0052621/2022-98

SEI nº 64369984